



SINOPSE SINTIUS

Informativo do Sindicato dos Urbanitários

19/08/2021

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Mudanças no projeto do IR desagradam a Guedes, e governo procura oposição

O ministro Paulo Guedes (Economia) expôs a parlamentares sua insatisfação com a falta de acordo sobre o projeto que muda o Imposto de Renda. Diante do impasse, o governo decidiu usar mais tempo para ouvir até mesmo a oposição, com o objetivo de costurar um novo texto que tenha chances reais de aprovação pelo plenário da Câmara dos Deputados.

A expectativa agora é que o texto seja analisado pelo plenário só em duas semanas. O prazo é maior que o sinalizado na terça-feira (17) pelo líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), que havia sugerido adiar a votação do texto relatado por Celso Sabino (PSDB-PA) para a próxima semana.

Parlamentares dizem que Guedes está “desgostoso” com a falta de acordo e demonstra preocupação com o caminho das discussões no Congresso.

Integrantes da equipe econômica se incomodam com o excesso do que está sendo chamado de penduricalhos e puxadinhos para aprovar o projeto.

Entre os integrantes do time de Guedes, é mencionado que a quantidade de mudanças e a ampliação de isenções estaria fazendo o texto se distanciar até mesmo do projeto que a Receita Federal elaborou originalmente.

O secretário da Receita Federal, José Barroso Tostes Neto, veio a público nesta quarta-feira (18) e disse que o projeto de mudança no Imposto de Renda está sendo discutido por vontade exclusiva da Câmara dos Deputados.

Saiba mais em: **Folha de São Paulo, quinta-feira 19 de agosto.**

Sem chuvas, Brasil pode ter estagnação econômica e inflação, diz analista

O Brasil pode entrar em um quadro de estagnação (combinação de fraqueza econômica e preços em alta), caso não volte a chover no quarto trimestre do ano, segundo avaliação dos analistas da RPS Capital.

Na visão deles, a economia brasileira tem absorvido vários choques ao longo do ano, com desorganização de cadeias produtivas globais e, mais recentemente, aumento do custo do frete, com um novo surto de Covid na China.

"Se o período úmido for ruim, a gente pode ter complicações e o risco não é pequeno. O cenário de estiagem precisa passar até outubro, quando ocorre a transição desse período mais chuvoso", diz Gabriel Barros, da RPS.

"O que o governo tem anunciado é mais focado em grandes consumidores, ao deslocar o pico de carga da indústria para suavizar a curva", diz. Como a situação é dramática, no entanto, deveria ser adotado um plano mais amplo de economia de energia.

Saiba mais em: **Folha de São Paulo, quinta-feira 19 de agosto.**

Medida Provisória é superprecarização do trabalho

Depois de quatro anos da reforma trabalhista, a insistência na aposta de que reduzindo direitos e flexibilizando regras será possível enfrentar o problema do desemprego, particularmente para grupos como o de jovens e o de adultos com 55 anos ou mais, não deveria mais fazer sentido, afirma o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos).

Feita na surdina, a MP 1.045 —que ainda será submetida ao Senado— permite trabalho sem direito a férias, sem 13º salário e FGTS, sem carteira assinada, sem direitos previdenciários e até que o trabalhador receba apenas uma bolsa e vale-transporte, acinte que vem sendo chamado, merecidamente, de institucionalização do trabalho escravo.

E é fundamental que a MP seja analisada quanto ao seu impacto sobre as populações mais vulnerabilizadas do país, dentre elas a população negra.

É preciso lembrar que os dados da Pnad Continua, no fim do 4º trimestre de 2020, apontam que, dos 8 milhões de pessoas que perderam o emprego no primeiro semestre, 6,3 milhões eram negros e negras, o que representa 71% do total, e, se analisarmos a população ocupada, a parcela branca ganhava, em média, 73,4% mais do que a negra.

Saiba mais em: www1.folha.uol.com.br, quinta-feira 18 de agosto.

Negacionismo do governo Bolsonaro na pandemia gera mais custo ao país, diz estudo do Ipea

Estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) mostra que países com pior êxito no combate à pandemia de Covid-19 foram também os que sofreram as maiores perdas na economia. Por consequência, tiveram que lançar mão de pacotes fiscais mais generosos para tentar reduzir os impactos da doença em termos econômicos e sociais.

O Brasil, sob a gestão negacionista de Jair Bolsonaro, é um exemplo: o país, até o momento, registrou mais de 570 mil mortos pelo coronavírus, sendo o segundo país com o maior número de óbitos em termos absolutos, e sofreu uma queda de 4,1% no PIB em 2020. O tombo só não foi maior porque R\$ 524 bilhões foram injetados em despesas adicionais somente no último ano.

Como o distanciamento social é uma das medidas mais eficazes para o controle da pandemia, era esperada uma redução na atividade econômica mundial, tendo em vista a impossibilidade da realização de determinados serviços laborais. No Brasil, porém, Bolsonaro colocou na rua um discurso de que a economia precisaria ser a prioridade, visto que os futuros impactos econômicos, segundo ele, seriam tão ou mais graves do que o número de mortes pela Covid-19, classificada pelo chefe do governo como "gripezinha".

O estudo do Ipea, elaborado pelo economista Rodrigo Orair, indica que medidas para reduzir a disseminação da Covid-19 também ajudam na redução das consequências econômicas e sociais da crise. "Aqueles que não conseguiram controlar a crise sanitária tiveram muitas mortes, tiveram mais perdas econômicas e sociais. Na medida em que os danos econômicos e sociais são maiores, eu preciso gastar mais para mitigar esses danos econômicos e sociais. Quem fez a lição de casa, fez a estratégia de achatamento (da curva de casos e mortes) bem feita, informou a população, tomou medidas de precaução, conseguiu evitar a crise sanitária, evitou os danos econômicos e saiu com o sistema econômico social mais resiliente".

Saiba mais em: Agência Sindical, quinta-feira 18 de agosto.